



Câmara Municipal de Anadia

**ATA Nº 15/2016 EXECUTIVO 2013/2017**

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**LOCAL:** Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**DATA:** vinte e dois de junho de dois mil e dezasseis

**INÍCIO:** nove horas e cinquenta e sete minutos

**ENCERRAMENTO:** onze horas e quarenta e cinco minutos

**O EXECUTIVO É CONSTITUÍDO PELOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES:**

**PRESIDENTE:** Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso

**VEREADORES:** Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro

Prof. Litério Augusto Marques (em regime de tempo inteiro)

Dr. Jorge António Tavares de São José

Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado (em regime de tempo inteiro)

Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio (Vice-presidente)

Dr.ª Lígia Filipe Seabra

A Reunião foi secretariada pela Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.ª Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo.

---- Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, eleita para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, nesta Cidade e Município de Anadia, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho.-----

---- Presidiu a décima quinta reunião ordinária pública de dois mil e dezasseis a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng.<sup>a</sup> Maria Teresa Belém Correia Cardoso, tendo comparecido os Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Prof. Litério Augusto Marques, Dr. Jorge António Tavares de São José, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado e Dr.<sup>a</sup> Lúcia Filipe Seabra.-----

---- Não compareceu à reunião o Senhor Vereador, Eng.<sup>o</sup> Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, tendo a sua falta sido considerada justificada, no seguimento do e-mail remetido a comunicar que não poderia estar presente na reunião de Câmara, e a solicitar a justificação da falta, pelo facto de ter de se deslocar à Guarda para participar numa reunião com a CCDR Centro, no âmbito do programa de apoio à promoção do Vinhos da Região Centro.-----

---- Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, coadjuvada pela funcionária, Eunice Alexandra Neves Jesus Lopes.-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng.<sup>a</sup> Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e cinquenta e sete minutos.-----

### **PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

---- **AGOSTINHO DE OLIVEIRA MARQUES:**-----

---- No período de intervenção do público, interveio o munícipe Agostinho de Oliveira Marques, residente em Outeiro de Baixo, para apelar a uma solução por parte da Câmara Municipal para proceder à demolição da habitação onde reside, argumentando que não tem disponibilidade financeira, nem possibilidade de o fazer.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou o Executivo de que estava a correr termos no Ministério Público um processo com vista à adoção de medidas tendentes ao acolhimento do Senhor Agostinho de Oliveira Marques, uma vez que o mesmo reside numa construção anexa à habitação que se pretende demolir, ambas sem quaisquer condições de habitabilidade, propriedade de um seu irmão, e que se recusa a sair. Deu ainda nota de que, aquando das intempéries que ocorreram no inverno passado, o Senhor Agostinho de Oliveira Marques foi acolhido no Centro Social de Aguim, mas apenas ali permaneceu uma semana, recusando a ajuda prestada. Como tal, a Senhora Presidente disse que teriam de aguardar a decisão do Ministério Público, com vista à retirada do Senhor Agostinho de Oliveira Marques e, posteriormente, proceder à demolição das referidas construções, que ameaçam perigo para a segurança pública.-----

---- **LÚCIA MEXIA LEITÃO:**-----

---- Para a segunda intervenção no período de intervenção destinado ao público, tomou a palavra a munícipe Lúcia Mexia Leitão, proprietária da Quinta de São Lourenço do Bairro. A munícipe disse ter exposto à Senhora Presidente da Câmara Municipal, há três anos, a situação de um muro que caiu, resultado das derrocadas de água que aconteceram do outro lado da estrada. Acrescentou ter

ficado a aguardar a execução do trabalho por parte da Câmara Municipal, uma vez que a situação aconteceu porque a Junta de Freguesia tirou a terra que tinha escorrido do outro lado e encostou ao muro, tapando os buracos de escoamento da água. Afirmou, então, que o problema se coloca entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal e adiantou ter exposto o problema à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que respondeu que iria tomar providências. Uma vez que, decorrido todo este tempo, não obteve qualquer resposta à exposição efetuada, nem ao pedido de reunião que entretanto apresentou à Senhora Presidente da Câmara, a munícipe disse que gostaria que a Senhora Presidente lhe dissesse algo sobre o assunto. Em oportunidade, disse que o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, poderia explicar a situação anterior, uma vez que já é a segunda vez que o muro desaba, tendo acontecido a primeira vez porque a quinta fica num plano inferior às Colinas e, na altura, o agora Senhor Vereador entendeu por bem fazer uma vala própria, por dentro da quinta, para dar escoamento às águas provenientes de fora.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que no momento não dispunha de uma resposta concreta para facultar à munícipe, mas disse que lhe poderia adiantar, depois de ter falado com a Junta de Freguesia, que o muro que existia não teve resistência estrutural suficiente para aguentar com a pressão da água. Antecipando que a responsabilidade pode caber a qualquer uma das partes, ou até às três - Câmara Municipal, Junta de Freguesia e proprietário -, afirmou tratar-se de uma situação que pode ser resolvida a três, no próprio local. Para tal, aproveitou para perguntar da disponibilidade da munícipe, na semana imediatamente seguinte, para, no local, poderem, a três, identificar a situação, no sentido de tentar encontrar uma solução.-----

---- Recuperando a palavra, a munícipe referiu que o muro pode não ter tido resistência para aguentar a água que vinha de cima, mas, de qualquer maneira, a Câmara Municipal também tem de fazer algo para que a água não vá parar ao muro, e a Junta de Freguesia não deve tapar os buracos de escoamento. A terminar, aproveitou para apresentar uma sugestão que lhe tinha sido facultada por um técnico da Câmara Municipal, e que passa pela construção de uma passeio, por forma a evitar que a água corra em direção ao muro, que encaminharia as águas para o aqueduto que se encontra debaixo da estrada e, conseqüentemente, conduziria para a vala que se encontra no interior da quinta.-----

---- Oportunamente, o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, referiu que se o projeto inicial tivesse sido devidamente executado, que foi, sublinhou, porque foi feita a instalação de numa regueira que já existia e que foi canalizada, se da parte de fora não subissem todas aquelas terras, se o muro não se transformasse numa barragem e se tivesse sido cumprido o que o projeto inicial definia, que era o encaminhamento direto das águas para essa vala, a água não acumularia ali, em grandes quantidades, junto de um muro que não foi construído para suportar toda aquela água, até porque não era necessário. Portanto, concluiu que o não escoamento das águas, como tinha sido previsto, é que originou a queda do muro, pelo que sustentou tratar-se de uma questão de respeito, de maneira a manter o muro intacto.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, a terminar o assunto, disse deduzir tratar-se de um

projeto que estaria bem feito, mas que não foi concluído, porque desde há três anos nada foi feito no local. Adiantou, então, que a munícipe seria contactada para, no local, analisar a situação e tentar encontrar uma solução, como tinha referido anteriormente.-----

---- **MARIA TERESA VERDADE DOS SANTOS FERREIRA:**-----

---- Ainda no período destinado ao público, interveio a munícipe Maria Teresa Verdade dos Santos Ferreira, residente em Outeiro de Cima. Apresentando-se na qualidade de concessionária do edifício da antiga Escola Básica do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de Espairo, na qual disse desenvolver uma atividade de apoio pedagógico, formação, explicações, entre outras, predominantemente nas áreas do inglês e do português, a munícipe começou por argumentar que, atendendo ao facto de o último ano letivo não ter sido muito bom em termos de procura, apresentou-se à reunião com o objetivo de solicitar a redução, ainda que temporária, do pagamento das taxas de concessão e de ocupação do referido edifício, propondo-se, em contrapartida, colaborar com a autarquia, mediante algum tipo de cooperação que o Executivo entendesse que poderia prestar. Disse, então, pretender saber qual o ponto de situação do pedido apreciado em reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia treze de janeiro último, e da proposta entretanto apresentada à Senhora Presidente da Câmara Municipal, na qual se disponibiliza a prestar, nas instalações da *MTV School* (antiga Escola Básica do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de Espairo), um conjunto de serviços à Câmara Municipal de Anadia, no âmbito das diversas atividades socioeducativas, por forma a compensar a isenção da taxa de ocupação da dita escola, requerida e objeto de apreciação na reunião mencionada.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que, no momento, não teria resposta para dar à munícipe. Contudo adiantou ter analisado a proposta apresentada, mas esclareceu que a mesma carecia de adaptação aos mecanismos legais, porque, estando em causa uma proposta de prestação de serviços, aquela ficaria sujeita ao regime jurídico da contratação pública e, conseqüentemente, teria de existir um procedimento pré-contratual com vista à respetiva adjudicação. Nesse sentido, acrescentou que a concessionária pagaria as taxas referentes à concessão e a Câmara Municipal assumiria o pagamento dos serviços, os quais adiantou que teriam de ser prestados nas instalações municipais, pois existem dificuldades, designadamente ao nível do transporte das crianças e respetivos seguros.-----

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

---- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO:**-----

---- **SENHORA VEREADORA, DR.ª LÍGIA FILIPE SEABRA:**-----

---- A iniciar o período de antes da ordem do dia, tomou a palavra a Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra, para questionar a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre um assunto já abordado em anteriores reuniões, que se prende com a ETAR do lugar de Videeiro, na freguesia de Sangalhos. Assim, e uma vez que já foi fixado, em reunião do Executivo, o prazo e o valor para os municípios solicitarem a ligação dos ramais, revelou-se convicta de que o sistema entraria em funcionamento em breve. Contudo, tomou conhecimento de que ainda não estão a ser possibilitadas as ligações e de que algumas pessoas estão a fazer ligações de saneamento clandestinas. Atendendo

ao estado de abandono que a ETAR apresenta, dando a sensação que ainda nem eletricidade tem, e tratando-se de uma situação que se arrasta há muitos anos, a Senhora Vereadora disse que gostaria de saber qual o ponto de situação e quando as pessoas poderiam requerer a ligação do ramal de saneamento à rede pública.-----

---- A propósito da Fonte de Guimarães, localizada em Sangalhos, a Senhora Vereadora perguntou à Senhora Presidente da Câmara Municipal para quando prevê a sua revitalização. Argumentou tratar-se de uma fonte emblemática, centenária, mas também de um espaço que se encontra abandonado, localizado numa zona junto à Estalagem de Sangalhos, que nos últimos tempos tem tido muito movimento. A finalizar, referiu que é uma zona que também podia ser de atração turística e de espaço de lazer na freguesia, até porque em Sangalhos continua sem existir qualquer espaço de lazer.-----

---- Por fim, apresentou um assunto que disse ser igualmente motivo de preocupação, dado o estado de abandono que apresenta. Referindo-se ao espaço envolvente à subestação do Ribeiro, revelou ter conhecimento de contactos estabelecidos pelo proprietário do terreno confinante com a Câmara Municipal, no sentido de apresentar o assunto e a maneira de o resolver e de ali criar um mini jardim, ou um espaço que as pessoas possam usufruir. Assim, e a terminar, disse pretender saber se está previsto algo para a sua ocupação, por forma a conferir-lhe alguma dignidade.-----

---- **SENHOR VEREADOR, DR. JOSÉ MANUEL FERREIRA NUNES RIBEIRO:**-----

---- O Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, interveio também no período de antes da ordem do dia para apresentar algumas questões. Começou por transmitir que no passado fim de semana decorreu, no espaço envolvente à Capela de Nossa Senhora dos Banhos, na localidade de Banhos, freguesia de Vilarinho do Bairro, o décimo segundo encontro de motas antigas. Tendo constatado que o referido espaço se encontra bastante mal tratado e mal zelado, o que levantou alguma indignação às pessoas que ali acorreram, e aos cidadãos locais, disse pretender saber se a Senhora Presidente da Câmara Municipal é conhecedora da situação e o que pensa fazer.-----

---- Entretanto, abordou uma matéria que revelou criar-lhe alguma preocupação, e que tem a ver com notícias que têm vindo a público, muito recentemente, relativamente ao facto de algumas IPSS do concelho se verem obrigadas a despedir funcionários, por encerramento de valências. A esse respeito, disse pretender perguntar à Senhora Presidente se está por dentro da questão, se existe, no momento, um aferimento junto de cada IPSS sobre a mesma, se tem ideia de quantos funcionários vão ser despedidos e que valências vão ser encerradas. Aproveitou para dar o caso mais concreto, e que foi mais falado, do Centro Social da Freguesia de Avelãs de Cima, que, conforme anunciado, corre o risco de despedir pelo menos oito funcionários, apesar de existir a possibilidade de os mesmos serem deslocados para outras valências da própria Instituição. Ainda sobre o assunto, sublinhou o facto de estarem a falar sobretudo de valências de crianças, o que, em sua opinião, deveria ajudar o Executivo a refletir, ainda que reconheça que vivem um problema de natalidade no país, ao qual Anadia não escapa. Todavia, reforçou que o Executivo deve dedicar um pouco a sua reflexão a esta matéria e pensar claramente em promover políticas ativas que potenciem a

natalidade no concelho, apesar de ainda há muito pouco tempo, num documento que foi presente ao Executivo, ter sido falado que Anadia tem um potencial de crescimento de natalidade, relativamente a outros concelhos, elevado. A finalizar, declarou não acreditar nesses dados, por considerar que não fazem qualquer sentido.-----

---- Sobre a gestão de dados e segurança nas redes públicas de *wi-fi*, o Senhor Vereador começou por recordar que, desde dois mil e doze, através do projeto de redes de espaços internet e internet no espaço, foram criados oitenta e nove postos de acesso à internet, em vários edifícios e Juntas de Freguesia, sendo que quarenta e seis são de livre acesso em todo o concelho. Relativamente ao tema, perguntou, em primeira instância, se esses postos estão operacionais e se existe alguma estatística da sua utilização. Por outro lado, disse que aquilo que mais o preocupa é saber que as redes de acesso livre, as públicas, são canais de acesso fácil a *hackers*, e que os mesmos podem recolher e usurpar dados. E, nesse sentido, perguntou que dados são recolhidos a cada acesso, sabendo obviamente que quando uma pessoa liga a uma rede *wi-fi*, acaba por, necessariamente, disponibilizar informação que certamente desconhece, que não tem ideia que está a partilhar informação, muita dela do foro pessoal. Portanto, disse haver uma questão de segurança, de privacidade, quando estão a utilizar as redes públicas, que tem de ser assegurada ao cidadão. Disse pretender saber, ainda, se é a Câmara Municipal que faz essa gestão de dados, ou se é da responsabilidade do prestador de serviço. E, em oportunidade, apresentou o caso concreto da rede de acesso livre instalada na Feira da Vinha e do Vinho, um serviço que considera positivo para o cidadão, mas relativamente ao qual disse que gostaria de perceber quem o disponibiliza, que dados são recolhidos e quem gere esses dados. A terminar, deu outro exemplo, do acesso livre no Salão Nobre, colocando, igualmente, a questão sobre que dados são recolhidos e quem é responsável pela recolha desses dados.-----

---- Passando a falar de roturas na rede de água, reconheceu tratar-se de um problema que tem sido debelado e resolvido, mas adiantou que agora que o tempo começa a melhorar, ainda assim se verificam algumas roturas que necessitam de ser trabalhadas. E, a propósito, transmitiu que no passado fim de semana, entre Anadia e a Curia, havia duas roturas bastante abundantes, e uma rotura, que acontece há algum tempo, junto a uma das secções da APPACDM de Anadia, que está instalada em Vilarinho do Bairro, e que resulta em um desperdício brutal de água. Além das roturas de água, falou da própria gestão dos sistemas de rega, constatando que estes regam mais a estrada do que propriamente o relvado, as plantas e árvores, dando como exemplo o canteiro central existente junto à Misericórdia de Anadia. Nessa conformidade, concluiu ser importante que quem está a superintender esta matéria perceba que tem de regular os sistemas de rega.-----

---- A propósito da Pista de XCO *Cross Country*, uma obra que faz parte dos documentos previsionais, o Senhor Vereador disse que gostaria de saber se já existe projeto, se a Câmara Municipal vai avançar para esse projeto e se a Senhora Presidente poderia facultar mais elementos ao Executivo, recordando que tinha apresentado o assunto, pela primeira vez, quando descobriu no plano de atividades da Federação Portuguesa de Ciclismo que essa Pista iria ser instalada nas imediações e ocupar o espaço anteriormente pensado para o Parque de Campismo da Curia.-----

---- Referindo-se ao Canil Intermunicipal, um assunto que vem falando de uma forma bastante rotineira, disse pretender saber se já existe mais algum elemento relativamente a essa matéria. Recordou que desde o início do mandato vem falando desse tema, mas a verdade é que, quase a completar três anos de mandato do Executivo, e também da CIRA, não há desenvolvimento do processo, tanto mais que estão perante novos dados e muito recentemente o Parlamento aprovou que os canis colocassem fim ao abate de animais abandonados. Como tal, referiu que tal medida obriga que o canil intermunicipal seja pensado de outro modo e que esta particularidade seja tida em conta no próprio processo, o que lhe parece que poderá levar a que a questão do canil intermunicipal se prolongue ainda mais no tempo. Em resumo, disse que gostaria que a Senhora Presidente se pudesse pronunciar sobre a matéria.-----

---- Quanto às antigas instalações da Escola Básica dos Segundo e Terceiro Ciclos e da Escola Secundária de Anadia, constatou que a degradação das mesmas é imensa, o que não é a melhor imagem que o concelho dá a quem o procura, e fere mesmo a sensibilidade das pessoas que ali residem e que tiveram alguma vivência escolar naquele espaço. Tendo em conta que no passado foram desenvolvidas diligências, junto do Governo, no sentido de passar os terrenos e os edifícios para a esfera do património da Câmara Municipal, disse pretender saber concretamente em que ponto se encontra a situação, porque ficou com a ideia de que o processo terminaria em dezembro de dois mil e quinze. Entretanto, volvidos seis meses, e com um novo Governo em funções, sustentou que as críticas que inclusive foram dirigidas ao anterior Governo, porventura, também já terão de ser impostas ao atual. Concretamente, disse pretender perceber qual o ponto de situação e se a Senhora Presidente poderia dar alguma nota da mesma ao Executivo.-----

---- Para finalizar, e sobre a Curia, o Senhor Vereador introduziu o tema, dizendo que a Curia é um dos cartões de visita do concelho e será, porventura, o ponto turístico de maior incidência do concelho. Conhecedor do problema com que se debate uma das sociedades hoteleiras, o Senhor Vereador disse pretender perceber se, entretanto, face a novos contactos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal já poderia dizer algo relativamente à situação, esclarecendo referir-se, em concreto, ao Hotel das Termas da Curia e a toda aquela envolvência que existe, e que a todos preocupa, que tem a ver com o parque, muito utilizado por pessoas de fora e turistas, mas, também, por pessoas de Anadia. Aproveitou para sublinhar que considera importante acautelar que o parque não entre em degradação brutal, sob pena de os turistas deixarem de procurar a Curia.-----

---- Transmitiu outra sua preocupação, relacionada com as termas. Tratando-se de uma estância termal, considera importante garantir que as termas que ali funcionam, e que, para além de prestarem serviço ao próprio Hotel das Termas, prestam também serviço a outras pessoas que ficam em outros hotéis e em outras pensões, se porventura terminarem na Curia, terão um gravíssimo problema a todos os títulos, quer turístico, quer social, para resolver.-----

---- Outro assunto que disse também ter a ver com a Curia, refere-se à própria forma como a Curia está zelada. Transmitiu, então, que, ainda há uma semana atrás, verificou que nas imediações do parque, mas na parte exterior, uma componente do domínio público e da responsabilidade da Câmara

Municipal, junto às pistas cicláveis, estavam ervas altíssimas e o espaço estava praticamente intransitável para as crianças. Sublinhou, a finalizar, tratar-se de algo terrível para a imagem de Anadia, para quem vem de fora, mas também para os residentes, não poder usufruir plenamente de investimentos que foram efetuados no concelho e destacou a importância de, em todo o concelho, mas sobretudo nos locais onde ocorrem mais pessoas, haver um zelo e uma atenção maior no que diz respeito a essas matérias.-----

**---- SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENGENHEIRA MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO:-----**

---- Atenta a intervenção da Senhora Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Lúgia Filipe Seabra, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão da ETAR do Videiro. Deu a conhecer que já tem a baixada da EDP, e que já foi feita a vistoria da Certiel, mas não deixou de sublinhar o facto de se tratar de situações que demoram algum tempo, e que ultrapassam a Câmara Municipal, na medida em envolvem terceiros, e de gestão nada fácil. Acrescentou que a Câmara Municipal já tem o contrato com a EDP e que inclusivamente já foi notificado o empreiteiro para proceder aos ensaios da ETAR. Portanto, disse que as pessoas devem requerer, o quanto antes, as respetivas ligações e, assim, revelou esperar que a quase totalidade da população do Videiro requisite a ligação ao saneamento, sob pena de ter sido feito um largo investimento e o mesmo não ter o retorno e o aproveitamento que é necessário e desejável, em termos financeiros, mas também para a preservação do ambiente.--

---- Quanto à questão da Fonte de Guimarães, em Sangalhos, a Senhora Presidente informou que o espaço não está identificado como prioridade de intervenção por parte da Câmara Municipal, até porque sempre foi indicado para intervenção por parte das Juntas de Freguesia. Contudo, adiantou ter conhecimento que a atual Junta de Freguesia já identificou a sua vontade em proceder a essa intervenção, a qual também sabe constar do seu plano de atividades.-----

---- Respondendo à última questão, sobre a limpeza dos terrenos envolventes à subestação do Ribeiro, nomeadamente os terrenos propriedade do Município de Anadia, a Senhora Presidente deu a conhecer que foram pessoas da Câmara Municipal ao local para proceder à identificação dos limites de propriedade e respetiva colocação de marcos, para, depois, os serviços procederem à desmatagem e limpeza dos terrenos do Município e dos envolventes à subestação, e à própria Zona Industrial, até porque, sublinhou, a intenção da autarquia é ser exemplar quanto a essa matéria e proceder à limpeza do espaço. Quanto ao jardim junto à subestação, disse que não fará sentido fazê-lo, quando as pessoas reclamam a localização da própria subestação, adiantando, ainda assim, que tal espaço poderá ser para outros fins, mas não para jardim público.-----

---- Em resposta às questões expostas pelo Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e começando por falar da Capela de Banhos, nomeadamente todo o espaço envolvente à Capela e ao Centro Cultural, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que tem essa situação identificada com a Junta de Freguesia e com a população, designadamente com a direção da Associação Cultural de Banhos. Aproveitou, também, para dar a conhecer que, em um dos espaços, nomeadamente o Parque de Merendas, a Junta de Freguesia já está a fazer limpeza, adiantando que



tem nos seus planos fazer uma intervenção mais profunda nesse espaço e em frente aos balneários. Quanto ao espaço existente entre a Capela e o Centro Cultural, onde existe uma obra que se encontra por concluir, deu a conhecer que a Associação Cultural de Banhos, no anterior mandato, contou com o apoio da Câmara Municipal para essa obra. Adiantou já ter comunicado várias vezes e reunido com a direção no sentido de retomar o processo com vista à sua conclusão, ou perceber da sua vontade, tendo inclusivamente, num dos últimos contactos, identificado aos elementos da direção, com caderno de encargos e com medições, toda a intervenção que deveria ser feita, e para a qual deveriam requerer orçamentos. Nesse sentido, disse que a Câmara Municipal aguarda informação da Associação, e propostas de orçamento para os trabalhos que se encontram por executar, para serem avaliados e para, posteriormente, o assunto ser apresentado ao Executivo Municipal para apreciação e deliberação sobre um possível apoio com vista à conclusão das obras, ou, pelo menos, ser dada uma limpeza e asseio ao espaço, que bem necessita e que é de toda a pertinência.-----

---- Sobre a questão do encerramento de valências em IPSS do concelho, a Senhora Presidente disse ter conhecimento das dificuldades que muitas IPSS atravessam, sobretudo na gestão das valências da infância, mas transmitiu que não se iria pronunciar, por considerar que a Câmara Municipal não se deve imiscuir na gestão das IPSS. Nesse sentido, adiantou que, no caso em concreto, aguardaria mais informação, para além da que lhe foi comunicada e daquela que leu nos jornais, até porque considera que ainda há muito a discutir sobre essa matéria. Aproveitou, ainda, para dizer que cada caso tem as suas particularidades e que as instituições têm realidades diferentes e dificuldades diversas, pelo que reforçou que não faria qualquer avaliação, no momento, sobre a situação identificada, em concreto, pelo Senhor Vereador.-----

---- A respeito da gestão de dados *wi-fi*, a Senhora Presidente revelou que considera que o importante é as pessoas poderem usufruir de livre acesso às novas tecnologias através das redes. Transmitiu que a Câmara Municipal tem vários pontos a funcionar, nas Juntas de Freguesia, nas IPSS, nos espaços públicos municipais, mas não está propriamente a fazer a gestão de dados. Acrescentou que dentro dos espaços há ligação direta à internet e, como existem essas antenas, as pessoas no seu exterior também podem ligar os seus aparelhos e aceder facilmente à internet. Contudo, não deixou de constatar que nem nas casas particulares, atualmente, a internet é segura, e inclusivamente na Câmara Municipal, onde existe tanta proteção e tanta segurança, e, mesmo assim, por vezes, existem alguns pontos que acabam por danificar todo o trabalho que existe. Quanto ao serviço disponibilizado na Feira da Vinha e do Vinho, esclareceu tratar-se de um serviço adquirido pela Câmara Municipal, numa boa parceria com a MEO, que é a gestora de todo o processo, mas que obviamente conta com o apoio da Câmara Municipal, que conseguiu o serviço a um preço mais acessível, num pacote negociado e que inclui uma ligação direta e gratuita à Praça da Juventude, com o placard para transmissão dos jogos de futebol do Campeonato Europeu, e uma redução substancial de preço para ligação do acesso na Feira da Vinha e do Vinho. Junto ao Centro Cultural, acrescentou, mantém-se essa rede, porque existe a antena instalada. A terminar, disse nada mais ter a

acrescentar, se não dizer que, em termos de segurança, atualmente, nas novas tecnologias, tudo é duvidoso.-----

---- A propósito das roturas na rede de água, a Senhora Presidente disse que estão a ser minimizadas, contudo reconheceu que existem redes a necessitar de substituição, como em Anadia e na Curia, localidades servidas pela conduta principal, que deve ser necessariamente substituída. Aproveitou para dar a conhecer que o projeto de substituição se encontra em fase de conclusão para, subseqüentemente, serem solicitadas as devidas autorizações para a sua concretização, com todas as dificuldades de obra que a mesma acarreta, não só financeiras, mas até físicas, na medida em que a intervenção será efetuada na estrada nacional. Quanto à gestão dos sistemas de rega, antecipou que estão a ser substituídos os sistemas, nomeadamente os aspersores, em concreto na Avenida das Laranjeiras, uma vez que os separadores são muito estreitos, e no jardim da Praça do Município, onde foram colocados novos sistemas.-----

---- Passando a responder à questão sobre a Pista de XCO, a Senhora Presidente disse tratar-se de um projeto que se encontra em fase de finalização, e que conta com o acompanhamento da Federação Portuguesa de Ciclismo, que entretanto no local, nomeadamente na Curia, no espaço que outrora foi designado para o Parque de Campismo, está a ser ajustado, em termos de topografia e de cotas, na sua maior parte, à realidade dos traçados que existem, apesar de haver outros que entretanto terão de ser criados.-----

---- A respeito do canil intermunicipal, a Senhora Presidente confirmou tratar-se de um processo que continua a ser trabalhado no âmbito da CIRA e revelou suspeitar que na fase final de apresentação tenha de ser objeto de revisão, porque, como o Senhor Vereador tinha dito, e bem, existem novas orientações, nomeadamente quanto ao abate e esterilização de animais, pelo que não sabe se haverá algum canil que suporte essa estrutura. Revelou, a terminar, pensar que será muito complicado para qualquer entidade que venha a gerir uma infraestrutura dessa natureza, conseguir manter o processo, dando cumprimento a essas normas, porquanto este trará algumas conseqüências e acarretará custos muito complicados.-----

---- Sobre as antigas instalações da Escola do Segundo e Terceiro Ciclos e Escola Secundária de Anadia, a Senhora Presidente disse não ter informação mais pertinente que possa facultar, para além de que iria ter uma reunião, dentro de muito pouco tempo, para tratar desse assunto, junto do Governo, nomeadamente da Direção-Geral do Património do Estado, que é a entidade a quem foi entregue todo o processo e que é responsável pela gestão do património de todo o país. Aproveitou para referir que é amplamente reconhecido que este organismo, por falta de recursos humanos, ou até de vontade, não tem dado, e continua a não dar andamento a estes processos, apesar de o Estado necessitar da resolução de muitos deles. Revelou, entretanto, que o estado de abandono, de degradação e de invasão de propriedade a que foram votadas aquelas duas instalações é uma situação preocupante e nada digna para o Município de Anadia, apesar das vigilâncias frequentes que têm sido levadas a efeito pela GNR, no âmbito das quais, inclusivamente, já apreendeu alguns valores.

Reiterou, a terminar, tratar-se de uma preocupação que a todos deve merecer o devido cuidado, por ser uma situação que não é digna para o Município, agravada pelo facto de as instalações estarem localizadas numa entrada nobre de Anadia, e reconheceu consubstanciar um problema de difícil resolução, mas que acredita possa ser solucionado em pouco tempo.-----

---- Por fim, e sobre a Curia, a Senhora Presidente recordou que a unidade hoteleira referenciada pelo Senhor Vereador se encontra sob a tutela de uma entidade designada pelo BPI, e não pela Sociedade das Águas da Curia, que é responsável pela gestão de todo o processo. Adiantou, contudo, ser preocupação dessa entidade acompanhar a situação e dar prioridade à intervenção no parque. Quanto às termas, disse estarem a funcionar mas, espelhando a realidade do país, estão um pouco fora de moda, porque existe alguma falta de recomendação, em termos clínicos, para os métodos mais naturais.-----

---- Sobre a Curia e domínio público zelado, a Senhora Presidente destacou o facto de o presente ano ter sido atípico, com muita chuva e com as altas temperaturas que entretanto ocorrem e que vêm contribuir para acelerar todo o processo de crescimento das ervas. Esclareceu, entretanto, que a Câmara Municipal não tem capacidade para responder, no imediato, a todos os pedidos e a todas as solicitações das Juntas de Freguesia, pelo que tem de definir prioridades de intervenção, sendo que algumas Juntas de Freguesia vão recorrendo a outros meios para promover essa intervenção nas várias vias das localidades das diferentes Freguesias.-----

---- Recuperando a palavra, o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, começou por agradecer os esclarecimentos prestados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. Entretanto, disse pretender precisar que não queria dizer que a Câmara Municipal se deveria imiscuir diretamente na gestão e nas questões que cabem às direções das instituições. Contudo, aproveitou para dar o caso concreto da Freguesia do Centro Social a que se tinha referido anteriormente, transmitindo que esta criou uma comissão de acompanhamento, constituída pelos pais das crianças e pelos dois autarcas de Freguesia que estão na envolvência desse Centro Social, para dizer que esses dois autarcas, obviamente, que não se irão imiscuir na gestão e não irão dar diretrizes, mas estão a acompanhar e a perceber o alcance da situação, nomeadamente se existem alternativas para as crianças da Freguesia. Assim, esclareceu ser nesse sentido que há pouco tinha falado, por considerar ser obrigação dos autarcas acompanhar e auxiliar a situação, e até porque existe uma obrigatoriedade da Câmara Municipal, na medida em que, no início de cada ano letivo, celebra os acordos com as IPSS para garantir que algumas dessas valências tenham o suporte da Câmara Municipal.-----

---- Relativamente à internet, disse que uma questão é aceitarem as condições de trabalhar com a internet nas suas moradias, outra coisa é estarem em regime de acesso livre. Aproveitou para referir que quando acede à internet no edifício da Câmara Municipal não lhe perguntam se aceita aceder e se aceita todas as condicionantes, nomeadamente problemas do âmbito da segurança. Esclareceu, então, pretender transmitir, sobretudo, essa sua preocupação, respeitante à preservação da privacidade das pessoas, mas também acautelar que, no futuro, ocorrendo um

problema desta espécie, não possa ser imputado qualquer tipo de responsabilidade à Câmara Municipal. A terminar, revelou que considera que os acessos são importantes e que prestam um serviço muito interessante às pessoas, de carácter público importante, declarando-se sempre a favor, mas com muita segurança.-----

---- A Senhora Presidente, relativamente às IPSS, disse que a Câmara Municipal faz o acompanhamento da situação e adiantou que precisamente na semana seguinte iria ter uma reunião com as IPSS que têm acordos celebrados com a Câmara Municipal para preparar o ano letivo, mas dentro das valências e dos acordos que são mantidos, e para perceber, também, se todas as Instituições estão a praticar as questões do IVA e das refeições da mesma forma, em termos contabilísticos, de acordo com as instruções facultadas pela Autoridade Tributária. A finalizar, e a respeito da internet, reforçou que hoje em dia são tudo riscos que correm, porque todos os sistemas são falíveis. E, como tal, disse que têm de ter algum cuidado com as novas tecnologias, porque, quando menos esperam, estão a ser observados.-----

## **ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA**

---- **ATAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL:**-----

---- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS, DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DE DOIS MIL E DEZASSEIS DO EXECUTIVO DOIS MIL E TREZE/DOIS MIL E DEZASSETE:**-----

---- Foi presente, para aprovação, a **Ata n.º 13/2016 do Executivo 2013/2017**, da reunião ordinária realizada no passado dia oito de junho, a qual foi previamente distribuída pelos membros do Executivo, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---- **ASSUNTOS PARA RESOLUÇÃO:**-----

---- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENGENHEIRA MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO:**-----

---- **1. RECONHECIMENTO DE MÉRITO DESPORTIVO - PROPOSTA DE CRITÉRIOS:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta de critérios para Reconhecimento de Mérito Desportivo, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- No âmbito da realização da Cerimónia de Reconhecimento de Mérito Desportivo dois mil e quinze/dois mil e dezasseis (2015/2016), que se destina a homenagear associações, atletas e personalidades ligadas ao fenómeno desportivo que desenvolvem a sua atividade no concelho de Anadia, ou que, sendo naturais ou residentes no mesmo, representem entidades fora do seu território, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, por proposta da Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social, submete à apreciação do Executivo Municipal os critérios a definir com vista ao mencionado Reconhecimento, a saber:-----

---- Um (1) - A nível coletivo - época desportiva dois mil e quinze/dois mil e dezasseis (2015/2016):--

---- - Equipa campeã distrital | Equipa campeã nacional | Equipa campeã europeia | Equipa campeã

mundial | Equipa com participação em fase final dos quadros competitivos nacionais e internacionais  
| Equipa com subida de divisão | Equipa vencedora de competição de elevado prestígio nacional ou internacional;-----

---- Dois (2) - A nível individual - época desportiva dois mil e quinze/dois mil e dezasseis (2015/2016);-----

---- - Os atletas que, sendo naturais ou residentes no concelho de Anadia, representem entidades sediadas fora do território deste, e tenham tido destaque na respetiva modalidade, conquistando títulos, no âmbito de quadros competitivos oficiais, aos níveis distrital, regional, nacional ou internacional - Atleta campeão distrital | Atleta campeão nacional | Atleta campeão europeu | Atleta campeão mundial | Atleta vencedor de competição de elevado prestígio nacional ou internacional | Atleta internacional.-----

---- Em ambos os contextos, são também contemplados os segundos e terceiros classificados nos quadros competitivos nacionais e internacionais;-----

---- Três (3) - "Reconhecimento de Mérito Desportivo - Carreira":-----

---- - Percurso ligado à área desportiva de reconhecido mérito e igual ou superior a trinta (30) anos de carreira;-----

---- - Relevância do currículo desportivo;-----

---- - Importância e impacto do seu trabalho no fenómeno desportivo concelhio, nacional e internacional;-----

---- - Participação em ações de formação/informação de divulgação e promoção desportiva;-----

---- - Nível de representatividade à escala distrital, nacional e internacional.-----

---- Apreciado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de critérios para Reconhecimento de Mérito Desportivo dois mil e quinze/dois mil e dezasseis (2015/2016).-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para proceder em conformidade.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- No período de apreciação da proposta, a Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra, começou por considerar louvável a iniciativa da Câmara Municipal em querer reconhecer o mérito desportivo dos atletas do concelho, uma área que, em sua opinião, muito tem evoluído. Adiantou que considera positivo o Município estar atento e reconhecer o esforço que tem sido feito pelas coletividades, que têm possibilitado a prática desportiva das crianças do concelho e dos municípios.-----

---- Disse, contudo, pretender fazer duas chamadas de atenção quanto aos critérios propostos, sendo a primeira relativamente aos critérios a nível coletivo. Recordou, então, que já no ano anterior tinha feito essa chamada de atenção, na medida em que é proposta a classe de campeã distrital, de campeã nacional, e é deixada de fora a categoria de campeã interassociações, quando em algumas

modalidades já têm sido realizados os campeonatos interassociações, uma classe superior aos campeonatos distritais. Acrescentou que essa categoria já no ano passado não foi considerada, tendo deixado de contemplar atletas que venceram nessa categoria, acontecendo o mesmo no presente ano. Concluiu, então, deixar uma certa omissão, o facto de não reconhecer atletas que ganham competições superiores a outras que são reconhecidas, pelo que pensa ser uma falha que deveria ser considerada.-----

---- A nível individual, disse existir uma categoria de mérito desportivo, também denominado carreira, cujos critérios propostos dão a entender tratar-se de um reconhecimento que premeia o mérito, não só da época específica em que vai ser atribuído o prémio, mas de um percurso na área desportiva de mérito já ao longo de anos. A esse nível, sustentou que deixa de fora, também, uma categoria que seria de treinadores ou atletas que, sendo do concelho, ganham competições a nível nacional. Como tal, referiu que devia ser reconhecido o mérito de treinadores que, sendo do concelho, se destacam como campeões nacionais em alguma modalidade, como o treinador Nuno Dias, que pela terceira vez se sagrou campeão nacional de futsal pelo Sporting, juntando a esse título a Taça de Honra, a Taça de Portugal, a Taça da Liga, mas que a Câmara Municipal nunca tem reconhecido o seu mérito. Argumentou, ainda, que a nível individual também deveriam reconhecer o mérito de treinadores que, em várias modalidades, possam atingir patamares como campeões nacionais, ou similares. Concluiu, sustentando tratar-se de omissões graves, que, em sua opinião, deveriam ter sido tidas em conta.-----

---- Atenta a opinião transmitida pela Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, começou por sublinhar que sempre que se promove um reconhecimento desta natureza, a Câmara Municipal corre o risco de ocorrerem omissões e, eventualmente, também, situações difíceis de gerir. Referindo-se, em particular, ao reconhecimento do mérito desportivo interassociações, a Senhora Presidente argumentou que é um pouco mais complicado fazer esse tipo de avaliações, pela diversidade das modalidades, de torneios, ou de escalões que diferenciam. Quanto ao prémio a título individual, nomeadamente dos treinadores, disse concordar com a Senhora Vereadora e reconheceu tratar-se de uma situação que lhe parece mais pertinente, transmitindo que, numa próxima reunião, poderiam analisar a possibilidade de incluir, para além dos atletas, os próprios treinadores, em aditamento à presente proposta. A nível de carreira, e a concluir, transmitiu ser muito difícil, mas considerou que conseguiram minimizar, ou deixar menos gente de fora, com essa questão dos treinadores.-----

---- **ALTERAÇÃO DE PRESENCAS - SENHORA VEREADORA, DR.ª LÍGIA FILIPE SEABRA:**-----

---- A Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra, ausentou-se da reunião por motivos profissionais, quando eram onze horas e vinte e quatro minutos, não tendo participado nas restantes deliberações.-----

---- **2. PATRÍCIA MARLENE PINTO RODRIGUES - PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso,

foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado por Patrícia Marlene Pinto Rodrigues, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- A requerente, estudante do curso da Licenciatura em Gerontologia Social, lecionado na Escola Superior de Educação de Coimbra, e residente no concelho de Anadia, pergunta da possibilidade de realizar um estágio curricular na Câmara Municipal de Anadia, em dois mil e dezassete, o qual terá a duração total de oitocentas e quarenta (840) horas, estruturando-se no segundo semestre em seiscentas e noventa (690) horas de estágio (quatrocentas e oitenta (480) horas em local de estágio; duzentas e dez (210) horas de preparação das atividades de estágio; e cento e cinquenta (150) horas de orientação tutorial). O pedido é suportado por informação prestada pela Técnica Superior de Sociologia, Dr.ª Dora Gomes, e pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Cláudia Paixão.-----

---- Atenta a informação prestada no seguimento do pedido apresentado por Patrícia Marlene Pinto Rodrigues, e nos termos da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do estágio solicitado.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para conhecimento e devidos efeitos.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL:**-----

---- **SERVIÇO COMERCIAL:**-----

---- **1. PEDIDOS AO ABRIGO DO NÚMERO DOIS (N.º 2) DO ARTIGO TRIGÉSIMO (30.º) DO REGULAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a informação prestada pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Dr. João Paulo Almeida Anjos, datada de dezassete de junho em curso, sobre os pedidos apresentados ao abrigo do número dois (n.º 2) do artigo trigésimo (30.º) ("*Gastos de água nos sistemas prediais*") do Regulamento de Distribuição de Água, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Considerada a informação prestada pelo Chefe de Divisão, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a mesma e autorizar que o excesso de consumo de água seja debitado ao preço do escalão tarifário correspondente ao consumo médio, calculado de acordo com as regras previstas no artigo quadragésimo quinto (45.º) do Regulamento de Distribuição de Água do Município de Anadia.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação ao serviço comercial

da Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para conhecimento e proceder em conformidade.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**---- 2. PEDIDOS DE PAGAMENTO FRACIONADO DAS FATURAS REFERENTES AOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, RECOLHA DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a informação prestada pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Dr. João Paulo Almeida Anjos, datada de dezassete de junho em curso, sobre os pedidos apresentados para pagamento fracionado das faturas referentes aos serviços de abastecimento de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Considerada a informação prestada pelo Chefe de Divisão, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento fracionado das faturas referentes aos serviços de abastecimento de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos aos clientes identificados na listagem anexa à sobredita informação.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação ao serviço comercial da Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para conhecimento e proceder em conformidade.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**---- 3. JOSEFINA DA SILVA PEREIRA - PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO REFERENTE À TARIFA DE SANEAMENTO:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado por Josefina da Silva Pereira, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- A cliente Josefina da Silva Pereira solicita a devolução do valor pago referente à tarifa de saneamento, pelo facto de a morada de consumo não se encontrar infraestruturada com a rede de drenagem de águas residuais. O pedido é acompanhado pela informação prestada pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Dr. João Paulo Almeida Anjos, que confirma a apresentação do pedido e dá conta de que, de acordo com informação prestada pelo Técnico Superior, Engenheiro Paulo Jorge Moreira Coelho, a moradia da cliente, sita na Rua do Choupal, na cidade de Anadia, não possui ramal de saneamento, uma vez que a rua não se encontra



dotada de rede pública de saneamento.-----

---- Considerada a informação prestada pelo Chefe de Divisão, e de acordo com a mesma, o Executivo deliberou, por unanimidade, ordenar a devolução do valor pago pela cliente Josefina da Silva Pereira, referente à tarifa de saneamento, num total de cento e setenta e três euros e vinte e seis cêntimos (€ 173,26), o qual inclui o montante correspondente à tarifa de recursos hídricos que constitui receita da Agência Portuguesa do Ambiente.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação ao serviço comercial da Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para conhecimento e proceder em conformidade.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **4. JOSÉ AUGUSTO PINHO DUARTE - PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO REFERENTE À TARIFA DE SANEAMENTO:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado por José Augusto Pinho Duarte, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- O cliente José Augusto Pinho Duarte solicita a devolução do valor pago referente à tarifa de saneamento, pelo facto de a morada de consumo não se encontrar infraestruturada com a rede de drenagem de águas residuais. O pedido é acompanhado pela informação prestada pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Dr. João Paulo Almeida Anjos, que confirma a apresentação do pedido e dá conta de que, de acordo com informação prestada pelo Técnico Superior, Engenheiro Paulo Jorge Moreira Coelho, o prédio propriedade do cliente, sito na Rua da Destilaria, no lugar de Vale de Avim, não possui ramal de saneamento, uma vez que a rua não se encontra dotada de rede pública de saneamento.-----

---- Considerada a informação prestada pelo Chefe de Divisão, e de acordo com a mesma, o Executivo deliberou, por unanimidade, ordenar a devolução do valor pago pelo cliente José Augusto Pinho Duarte, referente à tarifa de saneamento, num total de cinquenta euros e quarenta cêntimos (€ 50,40), o qual inclui o montante correspondente à tarifa de recursos hídricos que constitui receita da Agência Portuguesa do Ambiente.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação ao serviço comercial da Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para conhecimento e proceder em conformidade.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, CULTURAL E SOCIAL:**-----

---- **SERVIÇO CULTURAL E SOCIAL:**-----

---- **1. OCTOGÉSIMA SEGUNDA CANDIDATURA AO FUNDO SOCIAL MUNICIPAL POR UMA CAUSA SOCIAL APRESENTADA POR ZAIDA DIAS FERREIRA PINTO - REAVALIAÇÃO:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a informação prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Cláudia Paixão, no âmbito da reavaliação (de acordo com o previsto no Artigo Sétimo (7.º) do Regulamento do Fundo Social) efetuada à octogésima segunda candidatura ao Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, apresentada por Zaida Dias Ferreira Pinto, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Atenta a informação prestada pela Técnica, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por unanimidade, prestar apoio à candidatura apresentada por Zaida Dias Ferreira Pinto, por mais seis meses, atribuindo-lhe uma verba mensal de cinquenta euros (€ 50,00), com início no mês imediatamente seguinte ao correspondente à atribuição da última verba, de acordo com o Artigo Décimo Primeiro (11.º) do Regulamento do Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, a qual será objeto de reavaliação semestral, em cumprimento do Artigo Oitavo (8.º) do mesmo Regulamento.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar cumprimento à mesma e à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para conhecimento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **2. CENTÉSIMA QUINTA CANDIDATURA AO FUNDO SOCIAL MUNICIPAL POR UMA CAUSA SOCIAL APRESENTADA POR FIRUZA AHROROVA - REAVALIAÇÃO:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a informação prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Vera Martins, no âmbito da reavaliação (de acordo com o previsto no Artigo Sétimo (7.º) do Regulamento do Fundo Social) efetuada à centésima quinta candidatura ao Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, apresentada por Firuza Ahrorova, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Atenta a informação prestada pela Técnica, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por unanimidade, prestar apoio à candidatura apresentada por Firuza Ahrorova, por mais seis meses, atribuindo-lhe uma verba mensal de cinquenta euros (€ 50,00), com início no mês imediatamente seguinte ao correspondente à atribuição da última verba, de acordo com o Artigo Décimo Primeiro (11.º) do Regulamento do Fundo Social Municipal *Por uma Causa Social*, a qual será objeto de reavaliação semestral, em cumprimento do Artigo Oitavo (8.º) do mesmo Regulamento.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão

Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar cumprimento à mesma e à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para conhecimento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**---- 3. PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS COM MEDICAMENTOS APRESENTADO POR CLÉLIA MARIA NEIVA COSTA - REAVALIAÇÃO:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a informação prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Vera Martins, no âmbito da reavaliação (de acordo com o previsto no número três (3) do Artigo Nono (9.º) do Regulamento do Programa de Participação de Despesas com Medicamentos) efetuada ao pedido de participação de despesas com medicamentos apresentado por Clélia Maria Neiva Costa que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Atenta a informação prestada pela Técnica, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por unanimidade, renovar o apoio concedido a Clélia Maria Neiva Costa, no sentido de participar as despesas com medicamentos, de acordo com o previsto no número três (3) do Artigo Nono (9.º) do Regulamento do Programa de Participação de Despesas com Medicamentos.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar cumprimento à mesma.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**---- 4. ANA CRISTINA RODRIGUES - PEDIDO DE APOIO PARA APRESENTAÇÃO DO LIVRO "O GUARDADOR DE ESTRELAS":-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado por Ana Cristina Rodrigues, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- A munícipe solicita o apoio da Câmara Municipal para a apresentação do livro "O Guardador de Estrelas", de sua autoria, no próximo dia dezasseis de julho. O pedido é suportado por informação prestada pela Técnica Superior, Dr.ª Sónia Marisa Marques de Almeida, que propõe, à semelhança de pedidos análogos, a cedência gratuita do espaço da Sala Polivalente da Biblioteca Municipal de Anadia, nos termos solicitados, o apoio na divulgação do evento e a oferta de um Espumante de Honra a todos os convidados e participantes.-----

---- Apreciado o pedido e a subsequente informação técnica, o Executivo deliberou, por unanimidade, prestar o apoio solicitado para a apresentação do livro "O Guardador de Estrelas" na Biblioteca

Municipal de Anadia, no dia dezasseis de julho próximo.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para conhecimento e devidos efeitos.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**---- DESPACHOS E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL:-----**

**---- 1. MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA DOIS MIL E DEZASSEIS:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento do Executivo, a informação prestada pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Dr. João Paulo Almeida Anjos, datada de oito de junho do ano em curso, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à mesma.-----

---- O Chefe de Divisão apresenta uma proposta de modificação aos Documentos Previsionais para o ano dois mil e dezasseis (2016), a qual contempla, em mapa apenso, uma Modificação ao Orçamento (Alteração número seis (06) aos documentos da despesa), e Modificações às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR) (Alteração número cinco (05)), conforme consta dos documentos anexos à presente deliberação e que da mesma fazem parte integrante, para todos os efeitos legais.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da modificação promovida aos Documentos Previsionais para o ano dois mil e dezasseis (2016).-----

---- Relativamente ao assunto, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, para dizer que gostaria de perceber a que se destina o reforço de verba, para efeitos de publicidade, em oitenta e cinco mil euros, e para tal solicitou um esclarecimento da parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, até porque, depois, ocorrem outras diminuições, nomeadamente uma redução das verbas para as Freguesias, em vinte mil euros, uma redução para as IPSS, em cinquenta e nove mil euros, de trinta mil euros para o *Invest em Anadia* e uma outra de vinte e cinco mil euros para o Gabinete de Apoio ao Empreendedor. Em contrapartida, constatou um reforço de verba para a Feira da Vinha e do Vinho, concluindo que essa rubrica já vai com uma dotação de despesa de trezentos e noventa mil euros, o que, a continuar a esse ritmo, poderia arriscar a dizer que fechariam a Feira da Vinha e do Vinho com uma despesa realizada na ordem do meio milhão de euros. Portanto, disse que gostaria de perceber, concretamente, o que são esses quarenta mil euros, e, também, na área do turismo, a que se deve o reforço de noventa mil euros.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que, de acordo com os documentos de despesa, existem reforços e anulações em diversas rubricas, nomeadamente no orçamento, nas senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal, reforço na parte de publicidade e de eventos. Explicou, então, que, na parte de eventos, existe um reforço em concreto na Feira da Vinha

e do Vinho, mas adiantou que não chegariam ao valor indicado nos documentos, o qual se encontra inscrito por mera precaução, esclareceu. Sobre a publicidade, e atendendo a todos os eventos que a Câmara Municipal tem vindo a promover, afirmou que se revela necessária a sua divulgação, daí o reforço mencionado pelo Senhor Vereador em publicidade, nomeadamente para a parte da promoção das potencialidades turísticas do concelho, adiantando que inclusivamente estão a ser elaboradas algumas brochuras, que em breve terão a sua publicação. No geral, referiu tratar-se de mera engenharia financeira, sublinhando que foi retirada verba às Freguesias, não porque fiquem a receber menos relativamente ao estipulado, até porque os acordos de execução e os acordos pontuais são para cumprir, mas porque têm de ser apresentados os documentos comprovativos de despesas, e nem sempre acontece atempadamente, para além de que se trata de despesas correntes e evita retirar à parte de capital para reforçar essas rubricas, salientou a rematar.-----

**---- 2. RELAÇÃO DOS DESPACHOS EXARADOS NOS PROCESSOS A CORRER TERMOS NOS SERVIÇOS DE GESTÃO URBANÍSTICA DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS DIAS QUATRO E DEZASSETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento do Executivo, a relação dos despachos exarados nos diversos processos que correm termos nos serviços de gestão urbanística da Divisão de Planeamento e Urbanismo, no período compreendido entre os dias quatro e dezassete de junho de dois mil e dezasseis, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia arquivada junto ao livro de Atas.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da sobredita relação de despachos.-----

**---- 3. CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - RELATÓRIO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM DOIS MIL E QUINZE:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi apresentada, para conhecimento do Executivo, a comunicação remetida pela Presidente do Conselho Municipal de Segurança de Anadia, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-----

---- De acordo com o estabelecido no artigo décimo primeiro do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Anadia, a Presidente do Conselho Municipal de Segurança de Anadia remete, para conhecimento da Câmara Municipal, o relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Municipal de Segurança de Anadia, no ano dois mil e quinze.-----

---- O Executivo tomou conhecimento do sobredito relatório do Conselho Municipal de Segurança de Anadia.-----

**---- 4. PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DO PORTO - RELAÇÃO DO PORTO - IV ENCONTRO DE FAMÍLIA E MENORES - AGRADECIMENTO:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi apresentada, para conhecimento do Executivo, a comunicação remetida pela Procuradoria-Geral

Distrital do Porto, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-----

---- A Senhora Procuradora-Geral Distrital da Procuradoria-Geral Distrital do Porto agradece o acolhimento e o apoio prestado pela Câmara Municipal de Anadia na realização do IV Encontro Anual da Jurisdição de Família e Menores, que envolveu todos os magistrados que exercem funções na jurisdição das comarcas de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Porto Este, Viana do castelo e Vila Real, e que contou com a presença de Sua Excelência a Conselheira Procuradora-Geral da República, Dr.ª Joana Marques Vidal.-----

---- O Executivo tomou conhecimento do agradecimento manifestado pela Senhora Procuradora-Geral Distrital, em nome da Procuradoria-Geral Distrital do Porto.-----

**---- 5. "REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DE VILA NOVA DE MONSARROS" - DESPACHO DE APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS, DE DETERMINAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA E DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO ESCRITO:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento, o despacho por si exarado no âmbito da obra designada por "Requalificação da Escola de Vila Nova de Monsarros", que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-----

---- Datado de treze de junho de dois mil e dezasseis, a Senhora Presidente da Câmara Municipal exarou o despacho de aprovação das propostas, de determinação de adjudicação da empreitada de "Requalificação da Escola de Vila Nova de Monsarros" à empresa "Essential Target, Lda." e de aprovação da minuta do contrato escrito.-----

---- O Executivo tomou conhecimento do despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em treze de junho de dois mil e dezasseis.-----

**---- 6. PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS COM MEDICAMENTOS APRESENTADO POR MARIA NOGUEIRA DE MATOS - CESSAÇÃO:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi apresentada, para conhecimento do Executivo, a informação prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Cláudia Paixão, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à mesma.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da informação técnica prestada, a dar conta da cessação do processo referente ao pedido de comparticipação de despesas com medicamentos, apresentado por Maria Nogueira de Matos, pelo facto de a requerente ter declarado, em contexto de entrevista, que não necessita de apoio por parte da Câmara Municipal, uma vez que tem redes de suporte familiar capazes de a apoiar financeiramente.-----

**---- 7. PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS COM MEDICAMENTOS APRESENTADO POR JOSÉ TAVARES FERREIRA - CESSAÇÃO:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi apresentada, para conhecimento do Executivo, a informação prestada pela Técnica Superior de

Serviço Social, Dr.ª Cláudia Paixão, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à mesma.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da informação técnica prestada, a dar conta da cessação do processo referente ao pedido de comparticipação de despesas com medicamentos, apresentado por José Tavares Ferreira, pelo facto de o requerente não reunir um dos requisitos de acesso à medida, nomeadamente o previsto no número dois, do artigo terceiro (*Beneficiários*), uma vez que só tem cinquenta e oito anos de idade.-----

---- **8. PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS COM MEDICAMENTOS APRESENTADO POR ROSA AUGUSTA MENDES SILVA - CESSAÇÃO:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi apresentada, para conhecimento do Executivo, a informação prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Vera Martins, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à mesma.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da informação técnica prestada, a dar conta da cessação do processo referente ao pedido de comparticipação de despesas com medicamentos, apresentado por Rosa Augusta Mendes Silva, pelo facto de a requerente ter declarado, em contexto de entrevista, que prescinde do apoio concedido pela Câmara Municipal, uma vez que não tem disponibilidade para se deslocar mensalmente ao Edifício dos Paços do Concelho para fornecer os comprovativos necessários à obtenção do apoio, em cumprimento do estabelecido no número um, do artigo sétimo, do Regulamento do Programa de Comparticipação de Despesas com Medicamentos, promovido pela Câmara Municipal de Anadia.-----

---- **9. PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS COM MEDICAMENTOS APRESENTADO POR FRANCISCO JOÃO MONIZ - CESSAÇÃO:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi apresentada, para conhecimento do Executivo, a informação prestada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Vera Martins, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à mesma.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da informação técnica prestada, a dar conta da cessação do processo referente ao pedido de comparticipação de despesas com medicamentos, apresentado por Francisco João Moniz, pelo facto de o requerente ter declarado, em contexto de entrevista, que prescinde do apoio concedido pela Câmara Municipal, uma vez que atualmente não tem necessidade de usufruir desse apoio.-----

---- **DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO:**-----

---- Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal.-----

---- Nada mais havendo a tratar, e tendo sido considerados findos os trabalhos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos e, de tudo para constar, se

lavrou a presente Ata, que eu, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, redigi, subscrevi e assino.-----